

---

## *A juventude comunista e as questões internacionais no pós-guerra*

*Zilda Márcia Gricoli Iokoi\**

---

**Resumo:** Trata-se de um estudo sobre a juventude comunista em São Paulo que se organizou entre 1951 e 1953 junto ao ICIB (Instituto Cultural Israelita Brasileiro) também conhecido como Casa do Povo. Estes jovens organizaram um jornal O Reflexo e debateram ao longo do período o processo de formação do Estado de Israel e o desenvolvimento do processo de disputa dos governos da Europa e Estados Unidos daquela área no Oriente Médio. Da antiga utopia de tornar o estado de Israel um lugar de liberdade, tolerância e legitimação da cultura israelita, o novo Estado foi se tornando um lugar de exclusão contra o povo palestino e de reafirmação da hegemonia capitalista contra a expansão do bloco soviético. Deste modo os jovens comunistas de origem judaica foram percebendo os problemas do pós guerra como um campo minado da reafirmação dos totalitarismos, incapaz de atender os anseios de desenvolvimento com justiça, denunciado pelos que se deslocavam do Leste Europeu e da Europa Central para a nova pátria.

**Palavras-chave:** esquerda judaica; imprensa alternativa; geopolítica do pós-guerra; São Paulo; Casa do Povo; O Reflexo; Estado de Israel; DOPS; Juventude Comunista.

**Abstract:** The study is about the comunist youth movement in São Paulo that was organized between 1951 and 1953 in the ICIB - Instituto Cultural Israelita Brasileiro (Israel-Brazil Cultural Institut) also known as Casa do Povo (House of the People). These young men organized a newspaper - O Reflexo (The Reflex) and debated the development of the process of formation of the State of Israel and the process of dispute between Europe and USA over that area in the Middle East. From the old utopy of becoming the State of Israel in place of freedom, tolerance and legitimation of israelic culture, the new state was becoming the place of the palestine exclusion and reaffirmation of capitalist hegemony against the sovietic block of expansion. In this context, jewish born young man noticed the afterwar problems like the mined field of reaffirmation of totalitarisms, incapable of achieving the justfull development desire, already denounced by the ones who came from Eastern and Central Europe to the new nation.

**Key word:**

---

\* Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo – USP.

Criado em janeiro de 1949, *O Reflexo*, Revista Mensal da juventude israelita brasileira, foi também um bom espaço de discussão e de formação política até dezembro de 1951, compondo três anos de existência e 23 números<sup>1</sup>. O início deste veículo de comunicação está centrado nos debates sobre a formação e a organização do Estado de Israel. O tema de capa do número dois é a foto de um jovem sorridente sentado sobre um arado, num kibutz, simbolizando o novo Estado. A indicação da foto na contracapa informa:

... depois de 2000 anos de perseguições e lutas, publicamos um clichê de um jovem halutz erez-israelita, um trabalhador judeu. Que a construção do Estado baseada num pilar tão firme e sadio seja a bússola orientadora do governo de Tel Aviv, e que os interesses e necessidades destes jovens halutzim sejam os do governo israelita.<sup>2</sup>

Logo em seguida à criação do Estado, muitos judeus passaram a ser deslocados para a nova terra, sendo considerado este retorno um valor divino e, por isso, merecedor de “graças ao Senhor Todo Poderoso, por nos ter libertado do fardo do exílio, e nos ter reconduzido à nossa velha pátria”. Deste modo, tanto a foto como a oração representam uma simbiose entre o messianismo judaico e a construção de um lugar de trabalho, justiça e igualdade. As seqüelas do passado deveriam ser curadas num esforço de alimentar o amor e não o ódio. Ainda naquele momento havia uma grande expectativa de se construir um país baseado no socialismo, derivado das experiências dos kibutzim.

No entanto, entre os anseios daqueles que sonhavam com um novo lugar de paz e as disputas sobre o território, muitos problemas ainda estariam em curso. De um lado, a questão da dualidade entre o ser judeu e cidadão. De outro, a impossibilidade de retorno aos países de origem pelos judeus do Leste Europeu, perseguidos pelo governo Polonês e tendo vivido os massacres nos campos de concentração. Além disso, as disputas imperialistas entre Inglaterra, França e Estados Unidos pelo controle político da área, deixavam em aberto conflitos e feridas muito profundas. No Anteprojeto da Constituição de Israel, alguns artigos já indicavam a impossibilidade de evitar o estado de beligerância que se seguiu.

No artigo 3º, a criação do Estado destinava-se a ser a pátria do povo judeu, admitindo qualquer um que desejasse se estabelecer no território mediante o cumprimento das leis; no artigo 4º, inciso 1, propunha-se a igualdade de direitos, à proteção da lei, sem discriminação “de raça, religião, língua ou sexo”. Este dispositivo foi repetido no que se referia ao direito de emprego, à inviolabilidade da vida e de domicílio. Em relação aos lugares sagrados, a proposta garantia o livre acesso, a liberdade da palavra, sendo proibido o ódio racial ou religioso; ficava garantido também o direito de reunião sem porte de armas para qualquer pessoa, sem discriminação de raça, religião,

língua ou crença. Estava ainda proibida a extradição de qualquer pessoa, estimulavam-se todas as formas associativas, a proteção ao desempregado, ao doente, ao velho, às mães e suas crianças, viúvos e órfãos.

Evidentemente, a definição desses direitos e a presença de 389.948 eleitores judeus e 32.780 árabes, faz crer que, naquele momento, a tendência em curso era a da igualdade e da tolerância. Vale destacar que dos votos destinados à composição da primeira Constituinte em Israel, 53,61% deles foram destinados aos partidos operários da Histadruth e 10% para a direita fascista do Heirut. Outro fator animador foi a presença majoritária da população laica, uma vez que apenas 12% dos votos foram destinados aos grupos religiosos. Também foi significativa a presença dos comunistas, que cresceram de 4 mil votos nas eleições para o Conselho Nacional para 15 mil, na Constituinte. A burguesia centrista, por sua vez, obteve 9% dos votos, permanecendo inalterado o eleitorado do Mapai, decrescendo os votos do Mapam.<sup>3</sup>

Deste modo, o artigo 25 do Anteprojeto de Constituição, ao definir que o Estado deveria promover o ensino primário e secundário, para judeus e árabes, em suas próprias línguas e segundo suas tradições culturais. Este dispositivo já representava, de certo modo, o perfil dos parlamentares e os conflitos daí decorrentes. No processo de escolha dos membros do congresso, a polaridade foi estabelecida entre sionistas e não sionistas. A primeira estava dividida em múltiplas facções e a segunda era representada apenas pelo Partido Comunista do Estado de Israel.<sup>4</sup> A diversidade dos grupos, as diferenças entre os judeus oriundos do leste europeu e do Oriente Médio, e os do Ocidente, os vários segmentos étnicos e de classe ali representados e os conflitos com os diversos grupos árabes não poderiam ser resolvidos, uma vez que, passado o impacto imediato do final da guerra, as diferenças estariam aflorando com muita velocidade. No Brasil, os debates sobre o tema foram imediatos, como veremos adiante.

Mas é preciso destacar que, se de um lado a diversidade dos grupos era grande, havia por parte de alguns setores a vontade de um encaminhamento mais democrático para uma série de questões abertas pela guerra. Entre os movimentos de discussão das novas medidas criadas para a organização dos judeus no Estado de Israel e, em consequência, das seqüelas do Holocausto, o II Congresso Internacional das Mulheres, realizado em Budapeste em novembro de 1948, teve como tema central a democracia e a paz, com muitas manifestações contrárias ao fascismo, ao franquismo, ao imperialismo e em defesa dos comitês femininos que trabalhassem pela democracia. Um texto de Bella Burkinski procurava incutir na comunidade feminina brasileira um sentido de responsabilidade para com a política.

Pode-se também, verificar que os interesses recaíam com muita força sobre as decisões que envolviam a ONU, uma vez que muitos debates e

divulgação eram feitos sobre seus temas. Três foram os assuntos destacados: Declaração dos Direitos do Homem, Pacificação da Palestina e Condenação do Genocídio. Apesar de manifestar a descrença no cumprimento dos acordos internacionais já existentes e desrespeitados por Hitler, o editorial de *O Reflexo* insistia na necessidade de ampla discussão do problema e da organização de resistências para impedir novos crimes e ameaças à humanidade como um todo.

Os problemas do relacionamento entre árabes e judeus passavam a preocupar a juventude judaica brasileira, uma vez que as esperanças do avanço das lutas socialistas e democráticas em Israel seriam indicativas dos destinos da paz mundial. Mais ainda, consideravam o modelo socialista criado na URSS como algo superior no processo social e, deste modo, os judeus que haviam sofrido muitos constrangimentos, violência e finalmente as tragédias do Holocausto, deveriam, para ela, construir uma força importante contra a expansão das estruturas fascistas.

Em fevereiro de 1949, no mesmo número em que se analisou o Anteprojeto da Constituição do Estado de Israel, a revista publicou matéria sobre a existência de campos de concentração em Israel, para os democratas árabes:

“... Quando os exércitos judaicos entraram na Galiléia, encontraram um pequeno núcleo de árabes, os quais foram imediatamente internados em campos de concentração, inclusive 75 democratas. Estes últimos desenvolveram um bom trabalho underground, isto é, reconheceram os próprios homens do Haganah. [eles] declararam que a resistência árabe na Galiléia foi das menores e isto devido ao excelente trabalho de esclarecimento que estes árabes desenvolveram. Por que então interná-los em campos de concentração, quando a sua ajuda é necessária e desejável para a criação de um estado árabe na Palestina, de acordo com a resolução da ONU de 29 de novembro, e para fomentar a verdadeira amizade judia-árabe?”<sup>5</sup>

Os editores da revista, preocupados com os rumos que tomavam as questões políticas no recém criado Estado judeu, alertavam para o perigo do uso das engrenagens de força para sufocar as verdades parciais dos vários segmentos sociais existentes na região. Para *O Reflexo*, havia mais perigo na Transjordânia para os judeus, que deveriam se aliar com os árabes para enfrentar o imperialismo inglês que explorava a Palestina desde o século XIX. A questão internacional opunha, num primeiro momento, os interesses das grandes potências, para o equilíbrio mundial.<sup>6</sup>

A Inglaterra ainda concentrava seus esforços em manter atividades de exploração econômica na área, e, os judeus, tentando construir uma certa autonomia, estendiam aos árabes práticas excludentes e discricionárias. Aos jovens judeus brasileiros era insuportável a idéia de que aqueles violados pelos nazistas pudessem impor os mesmos castigos aos adversários que haviam sido

aliados na ocupação do território, com a promessa de construção de um lugar da liberdade completa na Palestina, como a Haganah. De certo modo, o artigo insistia na necessidade de fortalecimento das instituições árabes democráticas, a começar pela libertação daqueles que haviam sido fundamentais na legalização de Eretz Israel.

Com o objetivo de estimular a resistência radical e preparar a participação ativa da juventude pró-Haganah, como o exército democrático e libertador, *O Reflexo* deu ampla cobertura à 1ª Olimpíada Juvenil Judaica, destacando o papel desempenhado pelos jovens uruguaios, quando convidaram para a organização da olimpíada os vários grupos que representavam as tendências políticas dos judeus, desde o Zitloviski (esquerda não sionista), como o Hanomar Hatzioni (juventude do Poalei Tzion), o Hashomer Hatzair (juventude do Mapam), entre outros. Uma das preocupações de Fetbrot e demais dirigentes da revista era a ampla participação na Haganah, de forma que esse *exército libertador*, formado a partir de um debate mundial, dava à juventude a possibilidade de imprimir ao grupo um sentido participativo e libertário. Evidentemente, num primeiro plano a solução do problema da Palestina deveria ser encontrada num modo de convivência pacífica em que, tanto judeus, como árabes pudessem partilhar de um espaço territorial centrado numa região cuja dimensão simbólica para a formação histórico - religiosa era muito antiga, em especial por reunir, numa mesma cidade, Jerusalém, as marcas sagradas de várias trajetórias de fé. Tanto os judeus como os árabes têm, no Muro das Lamentações, parte significativa de seus símbolos religiosos.

Este problema, considerado como um campo delicado no processo de negociação entre as partes, era, do ponto de vista dos jovens, um desafio que, se superado, conseguiria a grande Utopia, com alguma realidade histórica. Para que a questão fosse enfrentada, os jovens judeus tinham clareza da necessária condenação à ação imperialista anglo-americana, em Israel. Harry Truman pretendia ser Presidente dos Estados Unidos e, para obter alguns votos dos eleitores judeus, em 1948, apoiou o plano de partilha formulado pela ONU, em 1947, e de reconhecimento do novo Estado israelense. Truman teve, entretanto, de enfrentar a pressão contrária de seus secretários de Estado e de Defesa. Os editores de *O Reflexo* percebiam a interferência estrangeira do bloco capitalista como uma estratégia contínua de exploração daquele território. Os primeiros conflitos entre os Estados Unidos e a URSS já se iniciavam, mas Israel contou com apoio de Joseph Stalin, que considerava, naquele momento, a criação do Estado de Israel como uma barreira ao imperialismo anglo-americano.<sup>7</sup> Foi com esse objetivo que o Congresso Mundial de Estudantes Judeus, realizado em Praga, em janeiro de 1949, condenou a intervenção dos ingleses e americanos na organização do Estado de Israel. Saudou a autonomia

de Byirobdjian, um território livre para os judeus formarem um Estado Socialista na URSS. Sabiam os jovens dos riscos de prosseguimento das disputas imperialistas, dos interesses americanos que se somavam a um continuísmo expansionista, do uso daquele espaço como *Estado tampão*, com objetivo de isolar os soviéticos na Eurásia<sup>8</sup>. Sônia Guralnik, Carlos Frydman, Gorender e muitos outros judeus não partilham dessa concepção e, mesmo não sendo sionistas, expressaram um alívio quando o Estado de Israel foi criado.

“... Novembro 1947. O Estado de Israel havia nascido, meus três filhos também. Eu me havia transformado em um ser adulto, consciente de meu dever de mãe, cumprindo um sonho milenar de judeus do mundo inteiro.

Poucos anos depois do Estado de Israel, um grupo de mulheres sentiu a necessidade de criação das Pioneiras do Chile (era a organização de mulheres do Partido Trabalhista de Israel; tinha na época uma posição muito mais à esquerda que na atualidade, a hegemonia era dos Poalei-Tzion, de esquerda) identificando-nos com Moazat – Hapoolot e a uma realização interna unida a nosso sonho sionista.

Pioneira significou, para mim, formação intelectual, um grande aprendizado, e diria que o primeiro amor a uma causa espiritual. Parecia-me que, desde as minhas mais humildes atribuições, estava realizando um trabalho importante para o Estado e para mim mesma.

Nos juntávamos na rua Serrano, em um lugar modesto, com uma xícara de chá e uma grande mística.

A formação do Gan-Yeladim (Jardim de Infância), teve importância, não foi um êxito econômico, mas era uma forma de entrarmos em acordo e contribuir. Vou me referir à minha amiga Amelia Filman, graças a ela fui uma das fundadoras das Pioneiras, ela foi inspiração para muitas das companheiras dessa época. Graças às Pioneiras conheci a Golda Meir, (da qual tive a honra de ser chofer), preparei a chegada de Lilly Menachem, recebi em minha casa a Gehula Harlein (lideranças femininas da esquerda sionista).

Todas essas grandes mulheres me deixaram um grande aprendizado e um amor incondicional ao Estado de Israel. Dizem que os amores da juventude se esgotam, é possível, mas não se esquecem. Naquele tempo passei a cooperar com meu marido no Macabi (clube esportivo de tendência sionista que os judeus costumam organizar em todos os lugares onde as comunidades se estabelecem), onde ele desempenhava a vice-presidência e ambos trabalhamos também na formação do Estádio Israelita”.<sup>9</sup>

Esses jovens procuravam participar e divulgar todos os debates e deliberações dos organismos internacionais, criando um novo modo de pensar o território, fora dos marcos do nacionalismo. Para eles, entretanto, ativos

participantes da Casa do Povo, havia certa positividade no semitismo, uma vez que povo e território eram pares inseparáveis. A manutenção da cultura judaica na diáspora se dava até então pela existência da violência contra os judeus, pela perseguição. Mas num mundo onde as singularidades fossem respeitadas, povo e território não poderiam estar separados, com risco de se perder tanto os elementos do vivido, como a circularidade da cultura.<sup>10</sup>

Os editorialistas de *O Reflexo* preocupavam-se demais com esta questão, uma vez que ela poderia ser utilizada pela direita fascista judaica, que naquele momento era pequena, mas mesmo assim havia obtido 10% dos votos para a Constituinte. Um dos argumentos estava certamente na análise de que, em países de tradições liberais mais arraigadas, como a Alemanha, a Itália e a França, a direita fascista havia crescido, como seria num país recém criado e com fragilidades institucionais tão visíveis. Ainda consideravam como risco a influência ideológica da burguesia judaica sobre o operariado, não apenas pelo caráter unilateral da política imigratória, mas pela ideologia sionista, que superpunha o problema nacional ao social<sup>11</sup>. Reclamavam da fragilidade do setor operário, que era eminentemente agrícola, sem bases organizativas de massas e, portanto, fragilizado em relação aos socialistas de *direita*, representados pelo Mapai<sup>12</sup>. Também divergiam do Mapam, agremiação socialista, que para eles havia aceitado em silêncio a dissolução da força de choque operária do Palmach para seguir a política de Ben Gurion, tanto no que se referia ao programa do Ministério do Trabalho, como do Ministério da Agricultura, cujos objetivos centrais visavam controlar os operários do campo e da cidade, tirando-lhes a autonomia organizativa. Consideraram ainda que Menachem Begin era herdeiro do fascismo judeu, representando um perigo muito claro para a perda dos objetivos igualitários e socializantes à nova estrutura que estava sendo paulatinamente montada.

Assim, o discurso democrático não poderia deixar de produzir duras críticas ao processo que estava sendo instalado, já que o silêncio indicaria campo aberto para a expansão da direita. Evidentemente, o olhar do fenômeno que estava se produzindo em Israel, daqui do Brasil, era mais contundente do que o olhar dos jovens de Israel. As ambigüidades do imperialismo anglo-americano não permitiam a clara identificação dos objetivos internacionais. A concessão de empréstimos, o estímulo, a abertura de contratos, a ênfase no mercado, elementos considerados como apoio ao desenvolvimento do novo país eram mais evidentes do que a instalação de programas sociais. O aprofundamento da lógica capitalista se fazia em oposição ao projeto de transformação de Israel num lugar de igualitarismo libertário.

Outro elemento importante das ambigüidades existentes, foi o acordo anglo-americano com o Egito, com o objetivo de estabelecer uma

base militar no Oriente Médio, que levou o Ministro Ben Gurion a protestar violentamente. De fato, Gurion oscilava entre um discurso inflamado, nacionalista e estimulador das massas e uma prática de acomodação aos interesses ocidentais. Na análise de conjuntura formulada em *O Reflexo*, a ênfase centrava-se na defesa de um governo democrático e anti-imperialista. Reclamavam ainda os analistas, que o governo de Israel cometia uma certa traição aos valores defendidos para a criação de um Estado judeu, pois na luta empreendida contra os exércitos árabes de Bevin e da Standard Oil, a vitória fora conquistada graças à presença e combatividade dos partidos operários palestinos, cuja maioria e amor a Israel haviam permitido que a declaração da ONU se tornasse realidade.<sup>13</sup>

De todo o modo, alguns elementos conceituais e filosóficos preocupavam os jovens no sentido de formular os fundamentos de um projeto que fosse internacionalista e libertário. Romper com o dualismo entre o ser judeu e patriota, no país em que nascia, era um dilema e uma necessidade. Esse dualismo tornou-se um tema teórico-filosófico, especialmente pela reação negativa que se criou ao sentido privado do ser judeu e ao princípio público do ser cidadão. Seguindo o pensamento de Chaim Zitlovski, os jovens procuravam construir uma unidade constituída pela díade judeu/homem, de modo que o judeu deveria significar o rosto do homem que luta, quer ser livre e, portanto, colocasse como unidade num regime democrático. Esta unidade se daria apenas na superação de todas as opressões sociais, culturais, de classes e do Estado. Desse modo, o dualismo que pretendia dividir em pares as dimensões desta questão, aprisionava o judeu e o homem numa falácia que aniquilava mutuamente os termos. Com o objetivo de romper a armadilha, buscavam pragmaticamente um programa de ação que pudesse realizar a dupla superação. Ainda estava de pé o dilema aberto no século XIX.

“Evitar essa destruição seria possível frente a um programa de auto-reconhecimento pelo estudo do ídiche e do hebraico, de modo a ler os textos, compreender a história deste povo e destas línguas, aliado a um programa de reabilitação, ou seja, de rememoração dos seis milhões de judeus assassinados pelos nazistas, recordar e ajudar a reconstruir as coletividades judias destruídas da Europa, ajudar a construção de um Estado Judeu progressista e democrático em Israel. Deveria ainda lutar contra o imperialismo dos ingleses, americanos e árabes. Finalmente, lutar contra o anti-semitismo em todos os países”.<sup>14</sup>

Tratava-se, de fato, de um momento muito especial, quando as feridas da guerra ainda não haviam cicatrizado e muitos dos formadores de opinião temiam um novo processo bélico. Em muitos lugares responsáveis pela produção de conhecimento, o tema da paz foi debatido. *O Reflexo*, perseguindo o assunto,

publicou o Manifesto dos Cineastas pela Paz, cujo conteúdo foi definido como uma recomendação dos trabalhadores do cinema para que se debatesse a necessidade desse meio cultural defender a paz, difundir os valores culturais dos diferentes povos, ressaltar a cooperação e a democracia. Mais ainda, propunham-se e recomendavam não realizar filmes que reafirmassem preconceitos e estimulassem o ódio entre as nações.<sup>15</sup>

Em agosto de 1949, o editorial de *O Reflexo* concluiu que a perda do projeto original de Eretz Israel já era um fato consumado. Ben Gurion, por pressão da burguesia sionista norte-americana, especialmente por seu dirigente em Israel, Daniel Frisch, estimulava a política pró-ocidente, particularmente a política pró-americana e a adesão ao Plano Marshall. Esta adesão, além de eliminar a independência econômica do país, também transformava-o numa base militar da guerra fria, apêndice dos Estados Unidos. Além disso, o país permanecia no plano econômico, submetido ao intercâmbio desigual, tendo abaladas as vantagens comparativas, uma vez que como vendedor de matérias-primas e produtos agrícolas, e comprador de manufaturados, tecnologias e bens de capital, desequilibrava-se a balança de pagamentos e esvaía-se o esforço nacional em juros e serviços. Além disso, os kibutzim haviam se consolidado como uma experiência capitalista, uma vez que funcionavam como centros de produção agrícola, explorando trabalho assalariado, e aqueles mais antigos passavam a criar um sistema fabril para a produção de bens de consumo não duráveis como sapatos, vestimentas, alguns doces em conserva e, mais recentemente, implementos bélicos, vidros blindados, ligados à lógica do mercado mundial e não aos interesses sociais, demonstrando um caminho muito centrado nas formas capitalistas e de exclusão e acumulação.

Outro aspecto da experiência dos kibutzim analisado em artigo publicado na revista, foi o fato de que os empréstimos externos obtidos para sanar a defasagem entre os investimentos e suas despesas recaíam na exploração do trabalhador e nos subsídios do Estado. Tratava-se, portanto, de uma exploração de mão-de-obra barata, cujos resultados serviam para enriquecer os bancos, deixando os moradores à espera de um sonho de igualdade impossível de ser realizado, não pelas atividades desenvolvidas nos kibutzim, mas por sua lógica, derivada do processo capitalista e pela mediação do crédito e do dinheiro, cuja acumulação acrescentava valor ao próprio capital.<sup>16</sup> Toda a lógica produtiva permanecia centrada na teoria do valor e não na insurgência do uso<sup>17</sup>. Deste modo, a leitura e as análises do processo em curso, em Israel, motivavam textos, debates e um processo rico de discussão do que fazer, formando uma geração de jovens com maior preparo teórico e filosófico, uma vez que o sistema educacional de massas estava distante desse processo.

Ben Gurion estimulava o debate, uma vez que entre os discursos e a prática conseguia preocupar aliados e adversários. Ainda em 1949, afirmou que seu governo estaria construindo uma República de Trabalhadores. O líder mapaísta americano, Chaim Greenberg, declarou à imprensa internacional que Israel não podia ser socialista e capitalista ao mesmo tempo, colocando em dúvida as intenções do Ministro e a seriedade do governo. Interessante notar que os discursos de Gurion inicialmente encantavam os democratas e a esquerda, mas, pouco a pouco, passou a desagradar a todos os lados, sendo respondidos pelos próprios judeus oriundos dos Estados Unidos.

Muitos dos empréstimos obtidos naquele período foram invertidos em pagamento de dívidas de produtores, que muitas vezes acabavam sendo perdoados pelo Estado. Se considerarmos que 77,3% da população de Israel em 1950 era urbana e 22,7%, rural e que, destes, apenas 8,1% estavam nos kibutzim, percebe-se claramente que o montante dos empréstimos não era canalizado para os projetos sociais, mas a existência desses projetos permitia a formulação de um discurso desqualificador das experiências coletivas, pelos precários resultados econômicos obtidos na lógica da acumulação. Também é importante perceber que o montante das importações, em 1949 foi de 87.712.333 libras, para um volume de exportações de 10.599.543. Frente aos dados absolutos não se pode afirmar que, de fato, iniciava-se em Israel algo diferente do que o desenvolvimento capitalista num país dependente e atrelado a compromissos políticos devastadores das potencialidades de crescimento e distribuição de rendas. Na verdade, os dados e as análises produzidas por *O Reflexo* foram mais importantes na tomada de decisões dos jovens judeus do Brasil, do que para fazer frente ao quadro internacional que se apresentava e do apoio que queriam oferecer a Israel.

As críticas e avaliações sobre o funcionamento do novo Estado, de um lado ativava a necessidade de manter a resistência, as discussões e a participação dos jovens nos movimentos e na Haganah, e de outro, voltava alguns grupos para a realidade brasileira, muito defasada se comparados aos movimentos da França ou Alemanha. Houve assim maior preocupação em noticiar os acontecimentos de juventude que se realizavam em diferentes lugares do mundo, especialmente as lutas pela ampliação da democracia e dos direitos, contra todas as formas de repressão. Foi assim que o Dr. Moshe Sneh, antigo comandante da Haganah e membro do Mapam, referia-se ao problema:

“... até a presente data, não só não fizemos esforço algum para libertar a economia nacional desses grilhões, como ainda lhe comprometemos o futuro, aceitando no empréstimo americano condições que abrem caminho para a nossa dependência econômica. Talvez ainda demore algum tempo a conclusão do pacto

Mediterrâneo ou do Oriente Médio. Mas a idéia desses tratados por certo não será inteiramente abandonada. Possivelmente virá o pacto do Pacífico, ou então a Inglaterra e a América procurarão entender-se primeiro sobre os seus próprios interesses em choque. O Presidente Truman já insinuou que, dadas as condições particulares do Oriente Médio, talvez a extensão do Plano Marshall para aquela região não seja o tratamento indicado para o caso. Fala-se agora num plano de desenvolvimento. Entretanto, qualquer que seja a forma, não resta dúvida que os Estados Unidos esperam que Israel lidere os interesses americanos no Oriente Médio”.<sup>18</sup>

Aparentemente a demissão de Mosche Sneh provocou alguma reação em Gurion, que exigiu a abertura das refinarias em Haifa, a eliminação de alguns privilégios usufruídos pelos ingleses, mas imediatamente transferidos aos americanos, representados pela Missão Clapp. Substituiu o imperialismo inglês pelo americano. Essas sutilezas da política governamental de Gurion só ficaram claras na década de 1960, quando o espírito expansionista do imperialismo americano já havia moldado o governo, que resolveu ampliar pela força da guerra o território de Israel, na Guerra dos Seis Dias.

A situação descrita efetivava-se em decorrência do conflito entre Stalin e Truman. Em 6 de agosto de 1945, a primeira bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima. Dois meses antes, os cientistas americanos haviam aconselhado o ministro da guerra americano a usar as bombas contra o Japão. Entre os sábios que recomendavam essa atitude estava Einstein. Evidentemente, o uso militar da energia atômica foi justificado como ação necessária para “salvar vidas de jovens americanos”, argumentos utilizados muitas outras vezes, até que fosse rejeitado pelos próprios jovens americanos, os quais, na década de 1960, fariam amplo movimento mundial de denúncia contra a guerra do Vietnã<sup>19</sup>.

O uso da arma, entretanto, não se referia ao problema japonês, mas ao bloqueio contra a Rússia. A bomba fez capitular o Japão exclusivamente em poder dos americanos, e impediu que os soviéticos vencessem a Guerra com a ocupação total da Manchúria e da Sacalina do Sul. Evidentemente, esse desfecho definiu o plano dos controles mundiais, iniciou a Guerra Fria e custou 150 mil vidas humanas. Os efeitos da bomba para o planeta comprometeram muitas áreas e as gerações futuras.

Nunca fora tão importante o conhecimento e o acesso às informações. O mundo iniciava os primeiros passos para a globalização, e muitas medidas de caráter informativo eram manipuladas por grandes empresas, tanto dos meios de comunicações como do sistema financeiro. As críticas sociais, os dados de avaliação de programas e a cooperação tornaram-se medidas de segurança. Fazia-se necessário, do ponto de vista da revista, um plano editorial bem

desenvolvido, que fosse um veículo de formação da juventude, completando o processo educacional, as preocupações internacionalistas e, acima de tudo, que possibilitasse, com argumentos racionais, a oposição ao estado de guerra que se anunciava e já era analisado nas páginas de *O Reflexo*. Escreviam sistematicamente jovens como Jacob Guinsburg, Paula Beiguelman, Liba Frydman, Jayme Foiguelman, Esther Wajskop, cujas preocupações respondiam ao programa político da revista. Ampliar os debates sobre os temas contemporâneos, analisar a política de Israel e do Brasil em suas conexões com os movimentos da geopolítica internacional e procurar aprofundar a unidade judeu/homem eram metas da revista. Mais importante foi a atuação desses intelectuais no sentido de promover um amplo debate, procurando criticar as formas políticas utilizadas pelo governo de Israel, que, do ponto de vista econômico, reproduzia a violência, a exclusão e as desigualdades.

Aproximando tanto o veículo como os jovens judeus da organização estudantil, os dirigentes de *O Reflexo* procuravam fortalecer as duas posições, atraindo jovens não judeus que liam a revista, já que os debates sobre política internacional eram mais amplos do que aqueles publicados na grande imprensa e as questões da Guerra Fria, temas de discussão tanto da UNE, como das organizações dos secundaristas. Entre os assuntos estudantis, todas as decisões dos órgãos de representação, as notícias dos congressos, as pautas e os resultados foram publicados<sup>20</sup>. Israel Fetbrot, editor de *O Reflexo*, procurava formular análises sobre as várias medidas tomadas pelos americanos em relação ao Estado de Israel, exatamente porque era preciso manter um canal de entendimento sobre o papel dos Estados Unidos no controle do bloco ocidental e nas artimanhas discursivas empreendidas naquele sentido. Em caso extremo, abria-se a corrida armamentista e o bloqueio do ocidente em relação ao oriente, de modo a ocultar os extremos que se configuravam na chamada paz armada. O tema da democracia aparecia como panacéia e ocultamento da espionagem, do papel da CIA, da infiltração nos organismos do Estado e especialmente na barreira militar.

“... A situação da Palestina, depois do acordo Weizmann-Ben Gurion e Abdula, sob evidente inspiração anglo-americana, é o seguinte: 90% da Palestina está nas mãos dos exércitos jordano-britânicos comandados por oficiais ingleses; o território do Estado de Israel e a segurança dos judeus da cidade nova de Jerusalém estão ao alcance dos tiros diretos da Legião Árabe, manobradas pelo Foreign Office; traiu-se a constituição de um estado árabe independente e democrático na outra metade da Palestina, entregando-se a Abdula; agora não é só o capital americano que domina Israel, mas este acordo marca também a volta da libra inglesa para buscar superlucros à custa do trabalho da população judaica e árabe. Apesar do acordo, o

governo israelita se comprometeu-se inteiramente com o imperialismo anglo-americano, e, apesar disso, a ONU está preparando um projeto que divide a cidade de Jerusalém em três partes: árabe, judaica e internacional. As duas primeiras com restrições militares e a última com tropas da ONU, compostas por americanos e ingleses”.<sup>21</sup>

Evidentemente, a análise de Fetbrot é correta, e compreendeu muito bem o *big stick* sobre o Oriente Médio, prosseguindo a política imperialista da Inglaterra. Interessante notar que foi simultaneamente à criação da OTAN que os interesses e as propostas sobre a região foram formuladas. A estratégia era frear o avanço soviético, eliminar o sonho socialista que superasse o desenvolvimento capitalista e ainda reafirmassem formas coletivistas e auto-gestionárias capazes de acobertar os efetivos destinos do processo de acumulação capitalista. Tratava-se de um processo de discussão que reabriu a Questão Judaica, cujo debate aparece com muita clareza no periódico, permitindo ao editor longa exposição sobre o problema.

Mas no que se refere ao projeto a ser desenvolvido no Brasil para que essa questão fosse superada, desde o início de 1950, a ênfase na formação dos jovens tomou conta de amplos espaços na imprensa e na Casa do Povo. A Primeira Convenção Nacional de Cultura, realizada no Rio de Janeiro, entre 27 e 29 de janeiro, contou com 70 delegados de todo o país, cuja determinação foi definida na construção da vida judaica no Brasil e na luta pela paz. O patrocínio foi do Fundo de Cultura Israelita, da Biblioteca Scholem Aleichem. Nessa convenção definiu-se que o trabalho cultural deveria ter caráter progressista e universal, isto é, de conteúdo democrático, que valorizasse as mais avançadas conquistas culturais da humanidade; ser bilíngüe, em ídiche e português; ser uma síntese entre o judeu e o brasileiro, ou seja, a valorização da cultura milenar judaica, para que ela pudesse criar raízes em nossa cultura; analisar criticamente as teorias da emigração, mistificadoras dos problemas reais que envolveram os imigrantes; esclarecer que os judeus do Brasil não estão em trânsito, mas aqui querem permanecer, pois são cidadãos que preservam sua cultura de origem como as demais culturas de outros imigrantes aqui instalados.<sup>22</sup>

Cumprindo o objetivo definido na Primeira Convenção, esse número de *O Reflexo* dedicou uma página ao 273º aniversário de Baruch Spinoza, com um texto de Maurice Green, destacando o sentido da liberdade e de seu papel implacável na crítica à religião e à igreja. O tema da secularização era especialmente caro aos editores e, de certo modo, possibilitavam os debates tanto sobre a obra do filósofo judeu como da necessidade de um Estado laico e democrático para superar a questão judaica. O periódico também publicou

“Diálogo sobre o Anti-Semitismo”, de Anatole France. Nota-se uma grande preocupação com a formação cultural dos jovens e uma forte tendência a abrir temas que iam sendo aprofundados na seqüência dos números. *O Reflexo* pode ser considerado um meio de divulgação das políticas nacionais e internacionais sobre os judeus e um veículo de formação de jovens, com ênfase no internacionalismo e na universalidade do ser judeu. Publicaram ainda um excelente artigo sobre Descartes e o pensamento moderno, com objetivo não apenas de expor uma síntese sobre o autor, mas também retomar o modo como o pensamento cartesiano foi revisitado por Marx. De fato, trata-se menos de um viés intelectual pedante de jovens jornalistas, mas um trabalho de formação do pensamento crítico. As posições tornavam-se mais claras e os contornos ideológicos entre os judeus começariam a produzir algumas rupturas até então evitadas.

Em 6 de março de 1950 realizou-se uma Assembléia Geral da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras em clima de muita tensão: tratava-se do momento em que seria deliberada a *unificada*, ou seja, a imposição da cobrança compulsória da taxa de contribuição da campanha de 1948, quando todos os judeus foram chamados a doar algum recurso para a compra de terras em Israel. Moysés Kaufman, ex-presidente da Federação, condenou o projeto, uma vez que ele fazia ingerência sobre as entidades associadas, Leon Feffer combateu o propósito de Camerini. Iankel Len foi mais longe, mostrando que a proposta introduzia um conteúdo inquisitorial sobre os judeus e as suas associações, e ainda enfatizou que essa discriminação já existia, uma vez que o Scholem Aleichem era uma escola modelo de instituição no ramo educacional, e nunca recebera qualquer recurso da Federação.

Mais ainda, Len denunciou que “o Instituto Cultural Israelita Brasileiro, a Casa do Povo, estava impedido de construir o mais belo e majestoso edifício e instituição de nossa vida social e cultural, por falta de recursos”. Luzer Goldbaum protestou contra a política divisionista, claramente manifestada na quebra da unidade das festividades comemorativas do Levante do Gueto de Varsóvia. Os diretores da Federação, Rafael Markman e o Dr. Hoff, defenderam a divisão tanto em relação ao gueto como no que se refere à Escola Scholem Aleichem e a Casa do Povo. Pela primeira vez a comunidade debatia posições políticas na reunião da Federação, e o corte ideológico ficou bem demarcado. Nas eleições que seriam processadas ainda naquela sessão, os progressistas retiraram-se em protesto, e a direita foi eleita<sup>23</sup>. O Centro Cultura e Progresso publicou um longo e veemente protesto, desautorizando a Federação a falar em nome do ICUF<sup>24</sup> paulistano, conclamando as organizações filiadas a lutarem dentro da Federação pela revogação das eleições não representativas. O papel representado pelo ICUF e as novas modalidades de debates deveriam ser

estabelecidos num processo mais profundo, de modo que as posições dos jovens fossem mais sedimentadas em conhecimentos voltados para formar um cidadão com maior sensibilidade, tanto dos valores e da cultura local, como dos projetos cujas atividades de pesquisa deveriam ser estimuladas e divulgadas. Foi visando às novas necessidades que a escola foi criada.

## Referências bibliográficas

---

<sup>1</sup> Diretor responsável: Abrão Burkinsky; redator chefe: Israel Fetbrot; gerentes, Enrique Motorin, Edgard Ortiz, ilustrações: Berco Udler, Landa.

<sup>2</sup> *O Reflexo*, ano I, n. 2. São Paulo, fevereiro de 1949.

<sup>3</sup> *O Reflexo*, ano I, n. 3, São Paulo, março de 1949.

<sup>4</sup> Dentre os sionistas estavam os Revisionistas, segundo *O Reflexo*, ligados aos países imperialistas e interessados nos ganhos a serem obtidos nessa articulação; Tnuat Hacherut (cujo líder era Menachem Beiguin) e Agudat Israel, ultra-ortodoxo dissidente da Organização Sionista e da Agenda Judaica. Entretanto, devido às declarações das Nações Unidas, em relação à Palestina, a Agenda Judaica apoiou a formação do Estado Judeu. Ainda existiam como organizações de direita o Mizrachi, composto por religiosos de classe média; o Hapoel Hamizrachi, com maioria religiosa de operários e trabalhadores vinculados ao trabalho; e o Sionista Geral, composto pelos sionistas que representavam os pequenos fazendeiros, comerciantes e artesãos; e o Partido Progressista, dividido em progressistas de classe média da Europa Central; Haoved Hatsioni, ou os trabalhadores sionistas; e o Partido de Esquerda Sionista, Mapam ou Partido Trabalhista Unido, cuja base estava centrada nas colônias agrícolas

coletivas, os kibbutz, mas com adesão entre os intelectuais e os trabalhadores urbanos.

<sup>5</sup> *O Reflexo*, ano 1, n.2 de fevereiro de 1949, p. 20.

<sup>6</sup> Outra é a análise do historiador inglês Paul Johnson. “Acompanhei o drama de 1948 e 1949 na segurança de uma antiga faculdade em Oxford, às vésperas da formatura. Na época, a opinião dos acadêmicos era, em termos, favorável ao novo Sião. Muitos dignatários haviam sido criados segundo a tradição filosemita de Daniel Deronda, romance lançado por George Eliot, em 1876, sobre um jovem que descobre sua identidade de judeu e se dedica à causa sionista; e eles aceitaram Israel como uma obra intelectual e moral. Mas também havia a opinião que o Estado podia ser esmagado. Era pouco usual as imagens de um exército de judeus. Em 1948, a força de defesa israelense, a Hahanah, tinha 21 mil homens, ante um exército árabe composto por 10 mil egípcios, 4.500 na Legião Árabe da Jordânia, 7 mil sírios, 3 mil iraquianos e 3 mil libaneses, mais o Exército Árabe de Libertação dos Palestinos. *OESP? 50 Anos do Estado de Israel*. São Paulo, 14/5/1998. Caderno Especial.

<sup>7</sup> Já em meados de agosto de 1948, Stalin reconhecia o enorme erro que cometera ao apoiar o novo Estado. Estava criado o novo Sião e as interpretações sobre o seu significado

são diversas. Oscilam ainda sobre a ser ele um evento religioso, uma nova e fulgurante Cidade de Davi, ou a criação de um Estado Secular soberano. ver JOHNSON, P. “Destino Israelense é a Construção de um País de Vanguarda ” In OESP, Caderno Especial 14.5.1998.

<sup>8</sup> Idem, p. 24.

<sup>9</sup> Depoimento de Sônia Guralnic em janeiro de 1997.

<sup>10</sup> BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Unb, 1987; SAID, E. *Orientalism*. London, Penguin Books, 1995; e *Cultura e Imperialismo*. Cia. das Letras, São Paulo, 1995.

<sup>11</sup> *O Reflexo*. ano 1, n. 3, Março de 1949, p. 1.

<sup>12</sup> O programa social democrata do Mapai para os jovens judeus reunidos no *Reflexo* era uma ameaça tão grave como havia sido o SPD na Alemanha.

<sup>13</sup> *O Reflexo*, *idem ibidem*.

<sup>14</sup> Publicada no *Reflexo* de março de 1949, a proposta foi assinada por I. Rose e obteve uma boa aceitação nos debates de juventude.

<sup>15</sup> Assinaram o manifesto, pelo Brasil, Jorge Amado como autor de scripts, Carlos Scliar como documentarista e Paulo Emílio Salles Gomes, crítico de cinema. *O Reflexo*, *idem* p.18. Os números 4 e 5 de *O Reflexo* foram dedicados ao Levante do Gueto de Varsóvia, com o objetivo, segundo os editores, de ensinar e lembrar aos vivos que a necessidade de vingança pode gerar o perigo de novos guetos. O heroísmo do levante não foi feito visando a honras posteriores, mas para salvar as vidas, lutar pelas liberdades e evidentemente esclarecer as consciências. Revelou os colaboradores, os policiais judeus corruptos, os ingênuos.

<sup>16</sup> *O Reflexo*. ano 1 n. 7, agosto de 1949, p. 4.

<sup>17</sup>Se considerarmos a proposição de Lefebvre, esse processo estaria recuperando um tempo

pretérito, centrado num modo de vida onde a natureza servia para o uso, tempo este ainda sobrevivente, já que, como resíduo, ele se põe em algumas situações onde o homem se apropria de um valor para o uso. Visível no urbano, quando os sem-teto dormem nas praças ou tomam banho nas águas de fontes ou chafarizes, ela poderia ser avaliada nos processos onde a terra é ocupada para ser terra de vida para abrigar o camponês e sua família. Deste modo, romper com a lógica valor de uso/ valor de troca, é importante no processo da superação capitalista. Ver do autor: *Hegel, Marx e Nietzsche*. Paris, Tournai, 1975; *La Presencia y la Ausencia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1983. *Methafilosofia*, Paris, Éditions de Minuit, 1965. *De L'État*. Tome I, II e III. s/local, Union Générale d'Éditions, 1976-1977.

<sup>18</sup> SNEH, M. “Nova Fase em Israel”. In *O Reflexo*, ano 1, n.8, setembro de 1949, p. 1.

<sup>19</sup> Mesmo assim, nos últimos conflitos armados na Guerra contra o Irã, na Bósnia, na Chechênia, as armas químicas ou atômicas ainda foram utilizadas com o mesmo discurso.

<sup>20</sup> Ver *O Reflexo*, agosto de 1949, novembro de 1949, janeiro de 1950, março de 1951, e agosto de 1951.

<sup>21</sup> FETBROT, I. “A Independência e a Liberdade de Israel Exigem o Cumprimento da Resolução de 29 de novembro”. In: *O Reflexo*. Ano II n. 10, dezembro de 1949, p. 1.

<sup>22</sup> *O Reflexo*. Ano II n. 11, janeiro de 1950, p. 6.

<sup>23</sup> Em 1946, os ichuvim e as organizações judaicas de São Paulo e do Rio de Janeiro decidiram criar uma organização centralizada para o desenvolvimento das atividades sociais e culturais representativas do *ichuv*. Elas foram criadas para defender os interesses do povo judeu, seguindo as Resoluções do Congresso Mundial Judaico, realizado em Montreux. Seu lema era contra o neofascismo e em defesa

da paz. Depois da Unificada, os conflitos cresceram e iniciou-se um movimento para que todas as correntes estivessem representadas no comando das Federações. *O Reflexo*. Ano II, n.12, março/abril de 1950, p. 18.

<sup>24</sup> ICUF Ídicher Cultur Farband (Associação Cultural Judaica) ver Kinoshita, D.L. “O ICUF como uma Rede de intelectuais” In *Revista UNIVERSUN*. Universidad de Talca, México, n. 15, 2000, p. 377-397.

